



# COP28:

## DOCUMENTO DE APOIO AOS GOVERNADORES

Novembro de 2023



# SUMÁRIO

1. A 28ª Conferência do Clima.....	2
2. Espaços e programação da COP28.....	3
3. Expectativas de debate e posicionamento do Brasil.....	11
4. Oportunidades para os estados.....	17
5. Governadores pelo Clima e Consórcio Brasil Verde.....	21
6. Equipe CBC na COP28.....	22
Referências.....	23
Créditos.....	25

O termo COP refere-se à Conferência das Partes, órgão deliberativo de Convenções das Nações Unidas, em que as "Partes" são os países signatários. As decisões tomadas e os acordos firmados nas diversas COPs realizadas no âmbito das Nações Unidas têm caráter vinculante, ou seja, são regras mandatórias para os países signatários, ao contrário, por exemplo, das diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que consistem em sugestões de ação.

Dentre as diversas COPs existentes, a que trata do tema das mudanças climáticas é realizada no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, em inglês) desde 1995, ano em que Berlim sediou o primeiro evento do tipo. Desde então, com exceção de 2020, devido à pandemia, anualmente os países signatários da UNFCCC se reúnem para avaliar o avanço das mudanças climáticas e decidir, por consenso, os meios para o seu enfrentamento.

**Entre os dias 30 de novembro e 12 de dezembro de 2023, acontecerá a 28ª edição da Conferência das Partes, a COP28, em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos.**

As discussões e negociações se darão em um cenário geopolítico complexo, diante da guerra entre Rússia e Ucrânia, e da guerra entre Israel e Hamas, em um momento em que o multilateralismo está em crise, além dos impactos emergentes causados pela cada vez mais frequente demonstração do poder destruidor de eventos climáticos extremos.

São alarmantes os impactos desses eventos climáticos extremos ocorridos nos últimos meses em todo o planeta. Aqui, no Brasil, consequências desse cenário catastrófico estão sendo registradas de Norte a Sul. Seca na região Norte, ondas de calor em grande parte do Sudeste e Centro-Oeste, incêndios no Pantanal, ciclones e tempestades no Sul.

Segundo cientistas do observatório europeu Copernicus, 2023 deve terminar como o ano mais quente em 125 mil anos. Esse cenário reforça a urgência da necessidade de ações coletivas para conter o avanço das mudanças climáticas.

Atualmente, as políticas climáticas em vigor apontam para o aquecimento médio global de 2,7 °C até a virada do século. Em um planeta que, de acordo com o 6º Relatório do IPCC, aqueceu cerca de 1,1 °C acima dos níveis pré-industriais, é fundamental a adoção de uma ação climática bem-sucedida, múltipla e em todos os setores. Ou seja, uma governança mundial mais inclusiva e colaborativa.

# 2.

## ESPAÇOS E PROGRAMAÇÃO DA COP28

Em paralelo às decisões a serem aprovadas na agenda oficial de negociações, a presidência da COP28 está colocando ênfase na chamada Agenda de Ação, na qual serão lançadas declarações, iniciativas e compromissos, buscando fomentar atos de caráter voluntário em apoio à ação climática.

Os eventos da Presidência da COP28 acontecem, diariamente, com temas definidos para cada dia. Nestas sessões são discutidos, ajustados e formatados documentos oficiais e acordos com compromissos. A agenda temática destaca os setores e tópicos levantados pelas partes interessadas durante as consultas, incluindo os temas que precisam, anualmente, integrar a agenda do evento, novos tópicos e pontos essenciais, como saúde, comércio e assistência, recuperação e paz. A programação dos dias temáticos<sup>1</sup> terá quatro temas transversais: **Tecnologia e Inovação, Inclusão, Comunidades da Linha de Frente e Finanças.**

A COP28 é dividida em dois principais espaços, cada um deles com programação própria e credenciamento necessário específico. São eles:

Blue Zone	Green Zone
<p>É um espaço gerenciado pela UNFCCC, aberto a membros credenciados e observadores. Sedia as negociações formais durante as duas semanas da conferência, bem como a Cúpula Mundial de Ação Climática, os pavilhões dos países, os eventos da presidência da COP e centenas de eventos paralelos, incluindo painéis de discussão, mesas redondas e eventos culturais. Somente participantes credenciados pela UNFCCC, como as Partes (negociadores de 197 países e da UE), observadores (ONGs, OIGs, agências da ONU), líderes mundiais e mídia terão acesso à Blue Zone.</p>	<p>É um espaço gratuito e aberto a todos, gerenciado e fornecido pela Presidência da COP28 dos Emirados Árabes Unidos e oferece uma plataforma para permitir que participantes não credenciados, incluindo grupos de jovens, sociedade civil, ONGs, o setor privado e grupos indígenas, tenham suas vozes ouvidas, promovendo o diálogo e a conscientização sobre a ação climática. Os espaços da Green Zone incluem: Energy Transition Hub; Knowledge Hub; Climate Finance Hub; Technology &amp; Innovation Hub; Humanitarian Hub; Youth Hub; Greening Education Hub; Startup Village.</p>

A seguir será apresentada a programação de eventos nos quais o CBC, o The Climate Reality Project Brasil e o Consórcio Brasil Verde estão envolvidos, tanto na Blue Zone como na Green Zone.

Mais informações e atualizações sobre esses e outros eventos estarão disponíveis em nosso site.

Acesse [aqui](#).

## Programação CBC e Consórcio Brasil Verde na Blue Zone

Este ano, o Centro Brasil no Clima integrou o grupo da sociedade civil organizada responsável pela curadoria dos eventos submetidos para o Pavilhão Brasil na COP, de acordo com a governança definida pelo Ministério de Meio Ambiente e Mudanças Climáticas (MMA), e é uma das organizações à frente da coordenação dos eventos sobre o tema **Governança compartilhada: entes e poderes**. Além do tema de governança climática, o CBC está articulando junto a outras instituições a organização e participação em eventos em torno de outros temas que são prioritários para a instituição: **Financiamento Climático, Justiça Climática e Transição Energética Justa**.

O The Climate Reality Project Brasil, um dos projetos do CBC, também integrou o grupo da sociedade civil responsável pela curadoria dos eventos submetidos para o Pavilhão Brasil na COP, e será uma das organizações à frente da coordenação dos eventos sobre o tema **Justiça Climática, Juventudes, Igualdade de Gênero e Racismo Ambiental**. As Cartas de Direitos Climáticos<sup>2</sup>, desenvolvidas pelo The Climate Reality Project Brasil ao longo de 2023, terão atenção especial na COP28, com a participação de um representante da Carta de Direitos Climáticos do território indígena Aldeia Mãe Terra em um painel no Pavilhão Brasil.

O Consórcio Brasil Verde, com apoio do CBC, participará pela primeira vez enquanto instituição formalmente constituída. O Consórcio programou uma série de eventos na COP28, a fim de apresentar os objetivos institucionais, difundir os projetos prioritários dos estados e evidenciar as políticas em andamento e boas práticas, facilitando a articulação, criação de canais de diálogo e negociações que poderão impulsionar ainda mais as iniciativas dos governos subnacionais brasileiros.

## Eventos programados:

### Atenção:

os horários mencionados abaixo se referem ao fuso horário de Dubai. Para saber o horário de cada evento no Brasil - horário de Brasília, diminuir 7 horas

O papel vital da colaboração entre a sociedade civil, estados e municípios na implementação da NDC brasileira

**Local:** Pavilhão Brasil | Auditório 2

**Data:** 01/12/2023 | **Horário:** 12h00 às 13h15

**Coordenação do painel:** ICLEI América do Sul

**Moderação:** Natalie Unterstell (Presidente do Instituto Talanoa)

#### Participantes:

- Cícero Lucena (Prefeito de João Pessoa)
- Marta Suplicy (Secretária de Relações Internacionais da Prefeitura de São Paulo)
- Miriam Garcia (Diretora Associada de Engajamento Político do CDP)
- Guilherme Syrkis (Diretor Executivo do Centro Brasil no Clima e do The Climate Reality Project Brasil)

Adaptação às mudanças climáticas: o papel dos estados

**Local:** Pavilhão Brasil | Auditório 1

**Data:** 01/12/2023 | **Horário:** 10h30 às 11h45

**Coordenação do painel:** Consórcio Brasil Verde

**Moderação:** Neyval Costa Reis Jr. (Professor na Universidade Federal do Espírito Santo)

#### Participantes:

- Renato Casagrande (Governador do Espírito Santo e Presidente do Governadores pelo Clima e do Consórcio Brasil Verde)
- Jerônimo Rodrigues (Governador da Bahia)
- Gabriel Souza (Vice-Governador do Rio Grande do Sul)
- Natalia Resende Andrade Ávila (Secretária de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo)
- Ana Amelia Campos Toni (Secretária Nacional de Mudança do Clima – MMA)

Combate ao desmatamento, conservação e restauração de paisagens e florestas como eixo estratégico de cumprimento da meta climática

**Local:** Pavilhão do ICLEI

**Data:** 01/12/2023 | **Horário:** 14h30 às 15h30

**Coordenação do painel:** ICLEI América do Sul

**Moderação:** Vinicius Lameira Bernardo (Promotor de Justiça do Ministério Público do Rio De Janeiro e Membro da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público do Meio Ambiente)

#### Participantes:

- Renato Casagrande (Governador do Espírito Santo e Presidente do Governadores pelo Clima e do Consórcio Brasil Verde)
- Gladson de Lima Cameli (Governador do Acre)
- Thiago Pampolha Gonçalves (Vice-Governador e Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro)
- Mateus Simões de Almeida (Vice-Governador de Minas Gerais)
- Felipe Rigoni Lopes (Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo)

Financiamento climático: mecanismos e oportunidades

**Local:** Pavilhão do ICLEI

**Data:** 02/12/2023 | **Horário:** 13h00 às 14h00

**Coordenação do painel:** ICLEI América do Sul

**Moderação:** Jaime Verruck (Secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Mato Grosso do Sul)

**Participantes:**

- Wanderlei Barbosa (Governador do Tocantins)
- Valdemar Bernardo Jorge (Secretário do Desenvolvimento Sustentável do Paraná)
- Daniel Nepstad (Presidente e Diretor Executivo do Earth Innovation Institute)
- Luís Bueno (Diretor Executivo de Relações Corporativas e Bens de Consumo da Suzano)
- Celso Fiori (Diretor de Soluções Climáticas Naturais e Bioenergia da Mercuria no Brasil)

Florestas, bioeconomia e desenvolvimento: o que une e o que diferencia os biomas brasileiros

**Local:** Pavilhão Brasil | Auditório 1

**Data:** 02/12/2023 | **Horário:** 13h00 às 14h45

**Coordenação do painel:** SOS Mata Atlântica

**Moderação:** Lívia Pagotto (Secretária Executiva da iniciativa Uma Concertação pela Amazônia e Gerente Sênior de Conhecimento do Instituto Arapyaú)

**Participantes:**

- Renato Casagrande (Governador do Espírito Santo e Presidente do Governadores pelo Clima e do Consórcio Brasil Verde)
- Gustavo Figueirôa (Diretor de Comunicação e Engajamento do Instituto SOS Pantanal)
- Luis Fernando Guedes Pinto (Diretor Executivo da Fundação SOS Mata Atlântica)
- Brulina Baniwa (Diretora da ANMIGA)
- Maria de Lourdes de Souza Nascimento (Coordenadora-geral da Rede Cerrado)

Encontro do Consórcio Brasil Verde / Governadores pelo Clima. Panorama das agendas de mitigação e adaptação dos estados membros

**Local:** Pavilhão Brasil

**Data:** 02/12/2023 | **Horário:** 14h às 16h

**Coordenação:** Consórcio Brasil Verde

**Abertura do evento:** Renato Casagrande (Governador do Espírito Santo e Presidente do Governadores pelo Clima e do Consórcio Brasil Verde)

**Convidados:** Autoridades do governo federal, autoridades dos governos estaduais, autoridades internacionais e sociedade civil

Justiça climática na defesa de territórios, proteção da Amazônia, da Caatinga e demais biomas: oportunidades com o Acordo de Escazú e desafios para igualdade de gêneros, superação do racismo ambiental, transição justa e conhecimento tradicional

**Local:** Pavilhão Brasil | Auditório 2

**Data:** 03/12/2023 | **Horário:** 16h30 às 17h45

**Coordenação do painel:** Movimento Escazú Brasil (por meio da Fundação Esquel)

**Moderação:** Rubens Born (Diretor da Fundação Esquel e membro do Comitê Gestor do Movimento Escazú Brasil)

**Participantes:**

- José Manuel Salazar-Xirinachs (Secretário executivo da CEPAL)
- Joênia Wapichana (Presidente da FUNAI)
- João Leoncio (Liderança indígena da Aldeia Mãe Terra)
- Angélica Mendes (Ativista socioambiental e analista de Conservação com foco em articulação de juventudes Amazônicas no WWF-Brasil)

Financiamento climático e mercado de carbono: oportunidades e desafios nos estados brasileiros

**Local:** Pavilhão Brasil | Auditório 1

**Data:** 04/12/2023 | **Horário:** 09h00 às 10h15

**Coordenação do painel:** Consórcio Brasil Verde

**Moderação:** William Wills (Diretor Técnico do Centro Brasil no Clima)

**Participantes:**

- Renato Casagrande (Governador do Espírito Santo e Presidente do Governadores pelo Clima e do Consórcio Brasil Verde)
- Mateus Simões de Almeida (Vice-Governador de Minas Gerais)
- Thiago Pampolha Gonçalves (Vice-Governador e Secretário de Estado do Ambiente e Sustentabilidade do Rio de Janeiro)
- Senadora Leila Barros (Relatora do Projeto de Lei do Mercado de Carbono)
- Jaime Verruck (Secretário de Meio Ambiente, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Mato Grosso do Sul)

Transição energética no Sul global

**Local:** Pavilhão Brasil | Auditório 2

**Data:** 05/12/2023 | **Horário:** 9h00 às 10h15

**Coordenação do painel:** Consórcio Brasil Verde

**Moderação:** Marisa Barros (Subsecretária de Energia e Mineração da Secretaria de Estado de Meio, Ambiente, Infraestrutura e Logística do Estado de São Paulo)

**Participantes:**

- Eduardo Mendonça Sodré Martins (Secretário de Estado de Meio Ambiente do Estado da Bahia)
- Duarte Nogueira (Prefeito do Município de Ribeirão Preto/SP)
- Rafael Almada (Diretor do Conselho Federal de Química)
- Renata Isfer (Presidente Executiva da Associação Brasileira do Biogás - Abiogás)
- Rosana Santos (Diretora Executiva do Instituto E+ Transição Energética)

Governança climática nos estados do Sul do Brasil: diagnóstico, ações e estratégias para adaptação e resiliência.  
A atuação dos estados brasileiros na construção de um federalismo climático

**Local:** Pavilhão Brasil | Auditório 2

**Data:** 06/12/2023 | **Horário:** 12h00 às 13h15

**Coordenação do painel:** Associação Brasileira de Entidades de Meio Ambiente

**Moderação:** Marjorie Kauffmann (Secretária de Estado de Meio Ambiente e Infraestrutura do Rio Grande do Sul)

**Participantes:**

- Décio Lima (Presidente do SEBRAE Nacional e ex-Prefeito de Blumenau/SC)
- Representante do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
- Representante do Consórcio Brasil Verde

O papel dos resíduos urbanos e rurais nas emissões de GEE no Cerrado brasileiro: desafios e soluções

**Local:** Pavilhão Brasil | Auditório 2

**Data:** 08/12/2023 | **Horário:** 09h00 às 10h15

**Coordenação do painel:** Consórcio Brasil Verde

**Moderação:** Andréa Vulcanis (Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Goiás)

**Participantes:**

- Marília Carvalho de Melo (Secretária de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais)
- Renato Siman (Coordenador do Laboratório de Gestão do Saneamento Ambiental da Universidade Federal do Espírito Santo)
- Daniel Oliveira (Secretário de Estado de Meio Ambiente do Piauí)
- Marina Negrisoni (Diretora de Sustentabilidade da Suzano)

A inovação na gestão estadual e municipal relacionado ao gerenciamento sustentável de resíduos sólidos

**Local:** Pavilhão Brasil | Auditório 2

**Data:** 08/12/2023 | **Horário:** 10h30 às 11h45

**Coordenação do painel:** Consórcio Brasil Verde

**Moderação:** Fabrício Hérick Machado (Secretário-Executivo do Consórcio Brasil Verde)

**Participantes:**

- Renato Siman (Coordenador do Laboratório de Gestão do Saneamento Ambiental da Universidade Federal do Espírito Santo)
- Cícero Lucena (Prefeito de João Pessoa/PB)
- Isabella de Roldão (Vice-Prefeita de Recife/PE)
- Gino César Meneses Paiva (Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Alagoas)
- Luana Pimentel Ribeiro (Diretora de Políticas e Planejamento Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Bahia)

## Programação CBC na Green Zone

Na Green Zone, o CBC irá participar de um painel coordenado pela Universidade de Sorbonne sobre os desafios para a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul rumo a uma **Transição Energética Justa**.

O The Climate Reality Project Brasil, colaborando na cocriação e manutenção da Coalizão Brasileira pela Educação Climática (CBEC), estará engajado nas atividades realizadas pela coalizão, assim como em ações de advocacy e campanhas pensadas para gerar pressão política, principalmente as relacionadas à Educação Climática nas NDCs do Brasil e de outros países. Além disso, foram propostos eventos nos pavilhões da Infância e Juventude e da Educação Climática e no RewirED Summit, voltado para a divulgação da experiência brasileira e da equipe da instituição com o tema de **Educação Climática**, com destaque para a divulgação de metodologias e boas práticas desenvolvidas.

## Eventos programados:

### Atenção:

os horários mencionados abaixo se referem ao fuso horário de Dubai. Para saber o horário de cada evento no Brasil - horário de Brasília, diminuir 7 horas

### Green Learning: Sharing Methodologies in Climate Education

**Local:** Greening Education Hub

**Data:** a definir | **Horário:** a definir

**Coordenação do painel:** The Climate Reality Project Brasil

**Moderação:** a definir

**Participantes:**

- a definir

### Transforming Education for a Greener Future: Brazil and Thailand Practices

**Local:** Greening Education Hub

**Data:** 08/12/2023 | **Horário:** 09h00

**Coordenação do painel:** The Climate Reality Project Brasil e Governo da Tailândia

**Moderação:** a definir

**Participantes:**

- a definir

### Towards a just energy transition: challenges for North-South and South-South cooperation

**Local:** Greening Education Hub - Emirates

**Data:** 11/12/2023 | **Horário:** 15h30

**Coordenação do painel:** Universidade de Sorbonne - Julia Motte-Baumvol (Professora na Université Paris Cité) e Tarin Frota Mont'Alverne (Professora na Universidade Federal do Ceará)

**Participantes:**

- William Wills (Diretor Técnico do CBC)
- Julia Motte-Baumvol (Professora na Université Paris Cité)
- Nikita Sud (Professora na Oxford University)
- Alix Perrin (Professor na Université Paris Dauphine)

# 3.

## EXPECTATIVAS DE DEBATE E POSICIONAMENTO DO BRASIL

Como futuro anfitrião da COP30 em 2025, que acontecerá em Belém (PA), é esperado que o Brasil desempenhe um papel importante na COP28, sobretudo diante da necessidade de restauração da imagem do país em relação aos seus compromissos climáticos. A COP28 é considerada uma oportunidade de readequação da política ambiental no Brasil, cujo esforço já vem sendo notado pela ampliação do Fundo Amazônia, retomada das ações contra o desmatamento, organização da Cúpula da Amazônia e consequente publicação da Declaração de Belém, atualização das NDCs, dentre outras medidas e políticas adotadas pelo atual governo federal.

A COP28 será, portanto, uma oportunidade para que o Brasil aumente seu protagonismo na agenda climática mundial e reforce o seu compromisso com o multilateralismo no âmbito dos principais fóruns internacionais, devendo assumir uma posição de liderança no esforço para destravar discussões em torno do financiamento climático, sobretudo com relação a perdas e danos, adaptação, metas de cortes de emissões mais ambiciosas e implantação de mercado global de carbono. Esse contexto é particularmente oportuno por se tratar do momento em que o país assumirá a presidência rotativa do G20 e terá um período de mais um ano para pavimentar o caminho para a realização de uma bem-sucedida conferência do clima, em dois anos.

Visando estender as oportunidades e desafios desse contexto com os governos subnacionais brasileiros, o Centro Brasil no Clima (CBC) preparou este documento orientador com a finalidade de apoiar a sua participação na COP28, contextualizando as principais pautas da conferência, o posicionamento do Brasil e as principais oportunidades identificadas para os entes federativos do país.

**A seguir, apresentamos uma breve contextualização dos resultados da COP27<sup>3</sup>, identificando as expectativas de negociações para a COP28 e o posicionamento brasileiro nos respectivos temas.**

## Global Stocktake (GST)

A segunda reunião de diálogo técnico de avaliação do progresso dos países no cumprimento das metas do Acordo de Paris ocorreu durante a COP27, marcando o ponto intermediário do primeiro Balanço Global (Global Stocktake - GST)<sup>4</sup>. O GST é um processo de avaliação do progresso dos países no cumprimento das metas do Acordo de Paris, visando aumentar a ambição climática.

### Expectativas de debate para a COP28

Uma das principais expectativas para a COP 28 diz respeito à divulgação do primeiro Balanço Global, com a avaliação do progresso coletivo das partes em relação ao cumprimento dos objetivos e das metas de longo prazo estabelecidas no Acordo de Paris. A expectativa é que esse primeiro GST seja estabelecido como um parâmetro de tomada de decisões e investimentos para direcionar as ações dos países para fortalecer o cumprimento de suas metas domésticas (NDCs). Como o Balanço Geral vai considerar três áreas temáticas (mitigação, adaptação e meios de implementação), a definição de uma estratégia de implementação da NDC é fundamental para garantir que esse monitoramento seja transparente. Essa discussão oferecerá insumos aos países para a revisão das NDCs até 2025.

### Posicionamento do Brasil

O Brasil entende que aprovar o Global Stocktake é o objetivo principal da COP28 e sua aprovação é prioridade para o governo, tendo em vista que o GST é fundamental para a criação de uma nova estrutura de financiamento de ações climáticas, na COP29, e para a apresentação das novas NDCs dos países, na COP30. Para o país, o GST deve abordar lacunas na implementação do Acordo de Paris, especialmente relacionadas a financiamento, tecnologia e capacitação em favor dos países em desenvolvimento. O Brasil defende que o GST deve reforçar a união da comunidade internacional e o seu comprometimento com o multilateralismo e a rejeição do unilateralismo<sup>5</sup>.

## Perdas e danos

Na COP27, o principal avanço reconhecido foi a criação de um fundo para perdas e danos, com o objetivo de estabelecer novos arranjos de financiamento para os países em desenvolvimento mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas.

### Expectativas de debate para a COP28

Um dos tópicos mais importantes da agenda de negociação da COP28 diz respeito à definição de novos arranjos de financiamento para perdas e danos, a serem elaborados com base nas recomendações do comitê de transição criado para tratar do tema. O Comitê foi incumbido de formular uma proposta de estruturação do fundo de compensação por perdas e danos, com regras de financiamento e governança que serão apresentadas aos negociadores na conferência. Além disso, a COP28 deverá retomar a discussão sobre a governança do Mecanismo Internacional de Varsóvia (WIM), que não foi encerrada na COP27, no Egito. As partes precisarão decidir sobre os membros do Conselho Consultivo e a organização que hospedará o secretariado da Rede de Santiago sobre Perdas e Danos (Santiago Network on Loss and Damage - SNLD).

### Posicionamento do Brasil

O Brasil vem trabalhando para que o novo fundo de perdas e danos consiga atingir as comunidades mais vulneráveis. Tendo em vista que a mudança do clima já é uma realidade, o Brasil reforça a necessidade de uma rede de proteção social da comunidade internacional, para que ninguém fique para trás. O ponto central no impasse das negociações até o momento se dá na mobilização dos recursos, em particular no que se refere a um modelo de operacionalização de um fundo que não seja burocrático e consiga alcançar as comunidades afetadas da maneira mais eficaz e rápida possível.

## Adaptação

As decisões relacionadas à adaptação não progrediram tanto na COP27, onde não só não foi estabelecido um roteiro para implementação do compromisso assumido na COP26 pelos países desenvolvidos de duplicar o financiamento para adaptação até 2025, como também não foi definida uma Meta Global de Adaptação.

### Expectativas de debate para a COP28

Diante dessa lacuna, as discussões no âmbito da agenda de adaptação deverão ficar em torno das definições da estrutura da Meta Global de Adaptação e do financiamento climático. Tendo em vista que os impactos relativos à mudança do clima exigem diferentes estratégias de adaptação, a definição da meta global deve estar atenta às realidades e ao contexto de cada país. Portanto, espera-se que se discuta o desenvolvimento da Estratégia Nacional de Adaptação para subsidiar esse processo e definir as melhores estratégias de enfrentamento para os países.

### Posicionamento do Brasil

Diversos objetivos em relação à Meta Global de Adaptação<sup>6</sup> foram propostos por diferentes grupos de negociação, após debates nos últimos workshops do GlaSS (Programa Glasgow-Sharm el-Sheikh sobre a Meta Global de Adaptação), em julho e setembro de 2023. Esses objetivos específicos, que vão moldar a implementação da meta, ainda não foram aprovados e serão deliberados, junto a outras propostas adicionais de outros grupos de negociação, durante a COP28. O Brasil participou da elaboração de duas dessas propostas que reverberam seu posicionamento:

- Planejamento preventivo: “Até 2030, todos países desenvolveram políticas nacionais de adaptação às mudanças climáticas e integraram-nas a suas estratégias de desenvolvimento”.
- Mobilização de financiamento: “Até 2030, o financiamento internacional para adaptação atinge o equilíbrio em relação aos recursos destinados à mitigação e aumenta de acordo com as necessidades de adaptação dos países, em linha com os compromissos assumidos e com a nova meta coletiva de financiamento climático”.

## Financiamento climático

O Fundo de Adaptação recebeu US\$243 milhões em promessas e contribuições, que serão direcionados para países mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas, como resultado da COP27. A necessidade de promover uma reforma no sistema financeiro público, incluindo os bancos multilaterais de desenvolvimento, e a urgência do cumprimento da meta de financiamento climático acordada de US\$100 bilhões por ano por nações consideradas desenvolvidas também foram objetos de atenção.

### Expectativas de debate para a COP28

Em relação ao financiamento climático, há uma expectativa de que os países desenvolvidos apresentem propostas concretas para o cumprimento do compromisso de fornecer US\$100 bilhões por ano para as nações em desenvolvimento. Uma nova meta de financiamento para ação climática nos países pobres também deve ser discutida, inclusive com os detalhes para garantir a sua consolidação. A expectativa é de que o tema de financiamento e a Nova Meta Coletiva Quantificada sobre Financiamento Climático (New Collective Quantified Goal on Climate Finance - NCQGCF ) sejam as principais pautas da COP29, que será realizada no ano que vem.

As nações que precisam dos recursos cobram não apenas o cumprimento dessa meta atrasada, mas também um roadmap para a ampliação dos recursos, ainda nesta década, em um nível que seja suficiente para as necessidades de mitigação e adaptação. Outra expectativa se refere à agenda de reforma dos bancos multilaterais de desenvolvimento, conforme a Iniciativa Bridgetown<sup>7</sup>, anunciada no início de 2022 pela primeira-ministra de Barbados, Mia Mottley, que visa a reformar componentes de bancos de desenvolvimento multilaterais e do sistema financeiro para ampliar a ajuda a países em desenvolvimento para lidar com as mudanças climáticas. Espera-se também que o Comitê Permanente de Finanças apresente os seguintes relatórios: 1) relatório sobre a duplicação do financiamento climático para adaptação; 2) relatório sobre definições de financiamento climático; e 3) relatório sobre formas de cumprir o Artigo 2, parágrafo 1(c), do Acordo de Paris - o artigo trata da necessidade de consistência entre os fluxos financeiros globais e o Acordo de Paris.

### **Posicionamento do Brasil**

O Brasil identifica uma disputa na narrativa relacionada à necessidade de alinhamento de fluxos financeiros para garantia de cumprimento do Acordo de Paris e à necessidade de linhas de financiamento para as nações menos desenvolvidas. Ainda que se posicione a favor desse alinhamento de fluxos financeiros e explore essas opções, sendo exemplos o Plano Nacional de Transformação Ecológica e o Fundo Clima, o Brasil defende que essa pauta não pode interferir nas metas de financiamento. Com relação às metas de financiamento, o Brasil defende que o esforço imediato para limitar o aquecimento global a 1.5°C implica na defesa de uma meta de financiamento de maior aporte, já que a meta dos US\$100 bilhões por ano foi elaborada com base no cenário de mitigação de 2°C e que, se o montante já não era suficiente, agora é menos ainda.

## **Transição energética**

A transição para abandonar o uso de combustíveis fósseis tornou-se um tema importante durante a COP27, com a proposta da Índia de redução gradual de todos os combustíveis fósseis. Apesar de ter sido apoiada por 80 países, a proposta foi excluída dos resultados finais devido à resistência de alguns representantes. Por fim, ficou reiterada a mesma decisão da COP 26 no sentido de reduzir gradualmente a participação do carvão e eliminar subsídios “ineficientes” aos combustíveis fósseis.

O tema de transição justa também foi debatido, tendo sido estabelecido um Programa de Trabalho sobre Transição Justa para a discussão de caminhos para atingir as metas do Acordo de Paris.

### **Expectativas de debate para a COP28**

As expectativas não são positivas no que se refere à transição energética. Em um ano marcado por recordes de temperatura e incêndios mortais, a reunião climática da ONU deverá se posicionar fortemente em relação à transição energética. A redução gradual dos combustíveis fósseis e a possível definição de um prazo para o fim da queima são dois pontos que estarão no centro das discussões. Os ministros do clima dos países da UE já aprovaram a posição negocial do bloco para a COP28<sup>8</sup>. Eles concordaram em pressionar por um acordo mundial para eliminar gradualmente os combustíveis fósseis. No entanto, o acordo fala em uma eliminação progressiva dos combustíveis fósseis “incompensáveis”, ou seja, aqueles que não podem ser alvo de tecnologias de captura de carbono. Com isso, setores que ainda possuem tecnologias limitadas para reduzir emissões poderiam recorrer à captura de carbono para seguir queimando energia fóssil.

Em relação à transição justa, o Programa de Trabalho sobre Transição Justa apresentará recomendações sobre caminhos para alcance dos objetivos do Acordo de Paris de forma complementar a outros processos existentes na UNFCCC.

## Posicionamento do Brasil

No que tange à transição energética, o Brasil segue tendo uma posição confortável, já que a energia renovável tem uma participação significativa em sua matriz energética, principalmente devido ao funcionamento das hidrelétricas, mas também pelo avanço das fontes eólica, solar e de biomassa. Nas negociações, na COP28, o Brasil deverá dar destaque e reiterar seus esforços para continuar expandindo as fontes de energia renovável. No entanto, cabe notar que 61% dos investimentos voltados para a transição energética no país, por meio do Programa de Aceleração do Crescimento, se destinam às fontes fósseis, ao gás e ao petróleo.

Um grupo de 61 organizações brasileiras, liderado pelo Observatório do Clima, se uniu para cobrar do governo federal a apresentação de um cronograma para eliminação gradual de combustíveis fósseis até 2050<sup>9</sup>. O grupo pede que um acordo internacional seja fechado durante a conferência. O documento com as demandas foi enviado ao Planalto, ao Itamaraty e ao Ministério do Meio Ambiente para que o governo apresente as metas na COP28. O objetivo das organizações é que a produção de combustíveis fósseis seja eliminada até 2050. Para as metas, o grupo quer a redução de pelo menos 43% da exploração e da queima dos combustíveis fósseis até 2030, e de 60% até 2035. Além do cronograma, elas pedem mecanismos econômicos de apoio a países menos desenvolvidos e maior responsabilização de países mais ricos. Para isso, sugere-se o pagamento de um imposto global sobre os lucros de grandes petrolíferas, que seria revertido para ajuda em outras nações que têm dificuldade em se adaptar às mudanças climáticas.

Quanto à transição justa, o Brasil identifica a necessidade de abordar o ODS 10 - Redução das Desigualdades - dentro do debate climático e do setor da energia, não apenas do ponto de vista das desigualdades dentro dos países, como também entre eles e suas economias.

## Mitigação e NDCs

Durante a COP27, os países entraram em acordo sobre compromissos que refletem avanços modestos na redução de emissões, mesmo diante de uma lacuna evidente entre os atuais planos climáticos nacionais e os esforços necessários para limitar o aumento da temperatura global abaixo de 1,5°C. Foi reiterada a exigência de que as partes revejam e fortaleçam suas metas para 2030, alinhadas com o Acordo de Paris, e que os países comuniquem suas estratégias de longo prazo até a COP28. Além disso, notou-se que houve poucos avanços no Programa de Trabalho de Mitigação, criado na COP26 com foco em expandir a ambição e implementação de medidas ainda nesta década.

### Expectativas de debate para a COP28

Uma vez que as lacunas existentes no plano para a redução de emissões continuam, os países, em especial os maiores emissores, precisam apresentar com urgência planos climáticos robustos e ambiciosos e buscar políticas mais fortes para reduzir as emissões. Como mencionado no item sobre Global Stocktake, é fundamental a definição de uma estratégia de implementação da NDC. Além disso, deverá ser aprovado na COP28 o plano de trabalho do Programa de Trabalho de Mitigação, e este deve começar a funcionar logo após a COP. Com isso, os resultados do primeiro Balanço Global na COP28 e os avanços do Programa de Trabalho de Mitigação serão oportunidades únicas para os países entrarem em um acordo coletivo em relação aos caminhos para reduzir as emissões em setores-chave.

## Posicionamento do Brasil

O Brasil está comprometido a liderar pelo exemplo, a começar pela apresentação dos resultados positivos na redução do desmatamento na Amazônia, que caiu mais de 40% desde janeiro<sup>10</sup>.

O governo federal propôs uma nova atualização da NDC com o objetivo de retomar a ambição da primeira versão do compromisso. Ou seja, o país voltou a ter uma meta para o limite de emissões absolutas de 1,32 GtCO<sub>2</sub>e para 2025 e 1,2 GtCO<sub>2</sub>e para 2030. Esses valores representam reduções percentuais, respectivamente, de 48% e 53%, caso seja utilizado o 4º Inventário Nacional como base. Portanto, o compromisso atual recoloca o país no rumo de uma participação efetiva na agenda climática. Entretanto, novos avanços são necessários no sentido de propor um aumento da ambição climática na próxima atualização, o que é preconizado pelo Acordo de Paris<sup>11</sup>.

## Artigo 6 do Acordo de Paris

Como resultados da COP27, o foco das discussões em torno do Artigo 6.2 foi voltado para as questões relacionadas à apresentação de relatórios, revisão e registros de informações e rastreamento dos ITMOs (Internationally Transferred Mitigation Outcomes). Quanto ao Artigo 6.4, as discussões abordaram a transição dos projetos de MDL (Mecanismos de Desenvolvimento Limpo), a questão das unidades de redução autorizadas e não autorizadas, a destinação de percentual de lucros dos mecanismos para ações de adaptação, e as metodologias para atividades de remoção (cuja minuta apresentada pelo Órgão Supervisor foi rejeitada). Além disso, foi definido um cronograma para a implementação do programa de trabalho, previsto no Artigo 6.8.

### Expectativas de debate para a COP28

Muito embora as duas últimas COPs tenham chegado a um consenso sobre algumas regras, existem pontos relevantes ainda em discussão que vão demandar atenção na COP28, principalmente em relação ao artigo 6.4. Espera-se que o Órgão Supervisor do Artigo 6.4 apresente suas recomendações em relação aos seguintes temas: (i) critérios para atividades de projetos de remoção de GEE, incluindo formas de superar problemas de permanência e vazamento e de garantir salvaguardas ambientais e sociais; e (ii) definição de princípios e orientações para aplicação de metodologias, abordagens e métodos para se estabelecer linhas de base e adicionalidade nos projetos do Artigo 6.4.

## Posicionamento do Brasil

A Comissão de Meio Ambiente do Senado aprovou por unanimidade, em outubro, o projeto de lei 412/2022, que cria o Sistema Brasileiro do Comércio de Emissões e regulamenta o mercado de carbono no país<sup>12</sup>. Mas houve pouca mobilização interna em relação ao Artigo 6.

Em maio, o país submeteu, em conjunto com a Argentina e o Uruguai, integrantes do bloco batizado ABU, as recomendações relacionadas às metodologias de remoção a serem utilizadas no âmbito do Artigo 6.4. Neste documento, o bloco tratou de aspectos relacionados ao risco de “não permanência”, aos critérios temporais de elegibilidade de atividades de remoção, à definição da linha de base dos projetos, entre outros<sup>13</sup>.

De acordo com projeções do Atlas Interativo do IPCC, diversas alterações climáticas são esperadas - e já vem sendo severamente sentidas - em território brasileiro no curto, médio e longo prazo em decorrência das mudanças climáticas. De tal maneira, ações integradas nas diversas esferas de governo são fundamentais no enfrentamento da crise climática, tanto para redução de emissões de GEE, como para viabilização de ações adaptativas aos desafios sociais, econômicos e ambientais decorrentes de impactos climáticos já sentidos no país.

Neste contexto, o CBC identifica as principais oportunidades para os estados em dois temas que são transversais às outras agendas de clima: **Financiamento Climático e a Governança Multinível.**

O primeiro está no centro dos debates e negociações da COP, desde a celebração do Acordo de Paris, em que foi negociado o *princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas* e reconhecido o compromisso das nações desenvolvidas, que historicamente são os principais emissores de GEE, em apoiar financeiramente as nações em desenvolvimento na implementação de ações de mitigação e adaptação. No Brasil, dado o modelo federativo adotado, os estados têm responsabilidades na implementação da agenda climática e devem aproveitar a COP para evidenciar, junto aos fundos internacionais e mecanismos multilaterais de financiamento, os projetos em curso nos seus territórios, a implementação de suas políticas estaduais de mudanças climáticas e outros mecanismos - fóruns estaduais, instrumentos financeiros, adesão à coalizão Governadores pelo Clima e Consórcio Brasil Verde, dentre outras iniciativas -, bem como as necessidades e prioridades que necessitam de recurso internacional.

Tal articulação com atores internacionais para atrair investimento verdes para o país reforça o papel dos entes subnacionais em torno da agenda climática nacional e internacional, posicionando-os como importantes atores na concertação da governança climática. A nível doméstico, a COP 28 é a oportunidade para consolidar a retomada do necessário e importante alinhamento estratégico entre os diferentes níveis de governo. Após 4 anos, o Brasil volta a ter um espaço compartilhado entre governos federal, estadual e municipal, além dos representantes dos poderes legislativo e judiciário, da sociedade civil, academia e setor empresarial. Trata-se também da primeira ocasião em que os estados brasileiros estarão representados institucionalmente de diferentes formas, como é o caso do Consórcio Brasil Verde. **Destacamos a importância de os estados membros estarem alinhados com a agenda do Consórcio, que contará com o apoio do CBC na articulação de eventos e agendas bilaterais focados na atração de recursos internacionais para projetos de mitigação e adaptação e elaboração dos Planos Estaduais de Ação Climática.**

## Global Stocktake (GST)

O Global Stocktake (GST) é um mecanismo de reporte das informações por parte dos governos nacionais. Por outro lado, os governos subnacionais (estados e municípios), setor privado e sociedade civil também são reconhecidos pela UNFCCC como importantes atores (não estatais) que podem contribuir com o processo, fornecendo informações, ferramentas e mesmo oportunidades.

### OPORTUNIDADES

- Destacamos duas principais oportunidades: **aumento da ambição brasileira e fortalecimento da governança climática multinível;**
- O GST não é apenas um mecanismo de transparência sobre o que os países têm desenvolvido para avançar a agenda climática, mas também um instrumento acelerador da ação climática, uma vez que irá indicar se os países estão ou não na trajetória correta para atingir suas NDCs e servirá como referência para a definição da próxima NDC a ser submetida em 2025. A mobilização dos governos subnacionais em torno da agenda de GST é uma grande oportunidade, pois irá abrir espaço de participação nos processos de discussões e definição da próxima NDC, compreendendo as realidades e prioridades dos estados e a importância dos entes subnacionais na definição de objetivos de implementação. Este processo poderá, inclusive, considerar metas específicas e bem definidas para os estados, municípios e empresas, e elevar, conseqüentemente, a ambição nacional sobre as metas de mitigação e adaptação.

## Mitigação

A participação dos estados na agenda de mitigação climática é fundamental, tendo em vista sua capacidade de identificar planos de ação local, apoiar no engajamento por meio de modelos de governança participativa e providenciar diagnósticos atentos às vulnerabilidades territoriais e oportunidades de desenvolvimento. Nesse sentido, é importante que sejam planejados, elaborados e monitorados planos de ação climática estaduais, que contextualizem a questão climática a nível subnacional e estabeleçam metas de mitigação.

### OPORTUNIDADES

- O tema está alinhado com as discussões do Consórcio Brasil Verde. A COP 28 é uma oportunidade de discutir estratégias de desenvolvimento e angariar parceiros e recursos para seu planejamento e/ou execução.

## Adaptação e Perdas e danos

Os países do Sul Global são os mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas e, portanto, aqueles que mais necessitam de políticas públicas e recursos financeiros para desenvolver resiliência climática.

Somente neste ano, podem ser citados eventos extremos em todas as regiões do Brasil, de chuvas atípicas a ondas de calor. As chuvas assolaram inúmeros territórios, como a cidade de Recife, o estado de Santa Catarina, e o norte do litoral de São Paulo, onde, seguidas de deslizamentos de terra, deixaram ao menos 40 mortos e inúmeros desabrigados e desalojados. No Rio Grande do Sul, as chuvas associadas à formação de quatro ciclones extratropicais implicaram inundações e mortes pelo estado. Com relação à temperatura, o frio atípico no Centro-Oeste brasileiro no inverno seguido por ondas de calor históricas no início de novembro em 15 estados brasileiros deram um novo sentido de urgência ao problema, a necessidade de adaptação climática. Finalmente, a desafiadora e histórica estiagem no Norte e no Nordeste provocadas pelo El Niño atípico também precisa ser mencionada, já que deixou inúmeros rios estratégicos da região com vazões muito abaixo do volume médio esperado.

Tais eventos evidenciaram a necessidade latente de se promover políticas de adaptação e de perdas e danos para que a população esteja protegida aos eventos climáticos extremos que devem se tornar cada vez mais recorrentes. Visto que as mudanças climáticas afetam os estados brasileiros em diferentes níveis e que os aspectos sociais, políticos, ambientais, econômicos e históricos estaduais são distintos, são necessárias diferentes estratégias políticas de mitigação e adaptação para cada região e diálogos sobre o tema a nível local.

### OPORTUNIDADES

- Comunicar com ênfase aos países e financiadores internacionais as necessidades de apoio para a implementação de políticas e projetos de adaptação nos estados e municípios, que sofrem na ponta e têm pouquíssimos recursos financeiros e capacidade institucional para se adaptar e mesmo sanar as perdas e danos consequentes dos eventos climáticos extremos. Esta comunicação das necessidades está em consonância com o documento Comunicação de Adaptação, previsto no artigo 7º do Acordo de Paris, que tem como objetivo aumentar a visibilidade à agenda e reforçar as ações de adaptação e o apoio necessário aos países em desenvolvimento;
- Reforçar aos países e financiadores internacionais o compromisso assumido pelas nações desenvolvidas, na COP 26, de duplicar o financiamento até 2025. Vale lembrar que o Adaptation Gap Report do Programa para o Meio Ambiente das Nações Unidas (PNUMA) de 2023 prevê que o custo da adaptação para os países em desenvolvimento está estimado entre 194 e 366 bilhões de dólares por ano nesta década, valor 10 a 18 vezes maiores do que os fluxos financeiros públicos internacionais disponíveis;
- Advogar pela criação de mecanismos financeiros que possibilitem o investimento nos países em desenvolvimento. O Secretário Geral da ONU, António Guterres, por exemplo, apoia a criação de um imposto global sobre os lucros oriundos das empresas exploradoras de petróleo e gás;
- Planos Nacionais de Adaptação (National Adapt Plans, "NAPs"): reforçar a necessidade de ampliar e facilitar o acesso ao financiamento para a formulação e implementação das NAPs. Ainda é importante manter o processo de elaboração de recomendações sobre formas de facilitar a mobilização de apoio para a elaboração e implementação das NAPs;
- Fortalecer o discurso do governo federal sobre a importância de os países desenvolvidos direcionarem o financiamento ao fundo de perdas e danos e que os recursos sejam destinados aos países mais vulneráveis aos impactos das mudanças climáticas e pressionar para que haja uma concentração em torno da discussão do tema nas negociações.

## Transição energética

Embora o planejamento energético no Brasil se organize, de forma geral, de maneira centralizada pelo governo federal, muitas ações a nível estadual podem apoiar na transição energética. A isenção do ICMS, por exemplo, demonstra como as ações dos estados apoiaram na expansão da energia solar descentralizada no Brasil.

Além disso, a geração energética, seja ela por fontes fósseis ou renováveis, pode ser um vetor de impactos socioeconômicos tanto positivos (ex.: geração de empregos) quanto negativos (ex.: perda dos meios de subsistência) que afetam diretamente os estados. Desta forma, é relevante para os governos estaduais ficarem atentos à relação entre a transição energética e o desenvolvimento sustentável e buscarem a promoção de uma transição justa.

É importante que se tome em conta que os estados brasileiros possuem desafios diferentes relacionados à transição e à diversificação energética, sejam eles relacionados a questões de nível de infraestrutura, de desigualdade econômica e territorial ou de recursos energéticos disponíveis. Sendo assim, é importante que os estados identifiquem as principais brechas de oportunidade de avanço da transição energética em seus territórios, mas também que façam valer os direitos das comunidades impactadas e garantam que os impactos no meio ambiente sejam reconhecidos e mitigados.

### OPORTUNIDADES

- Colaborar para o planejamento inédito de uma transição energética justa para o Brasil, a partir da construção de uma visão e elaboração de um plano que reflita as características e necessidades de cada estado, alinhados aos impactos das mudanças climáticas sofridos pela região e às oportunidades de mitigação estaduais;
- Acompanhar as projeções para a transição energética no Brasil e no mundo, conhecer as experiências internacionais e entender como cada estado poderá ser afetado, incluindo os impactos socioeconômicos para a população.

# 5.

## GOVERNADORES PELO CLIMA E CONSÓRCIO BRASIL VERDE

O Centro Brasil no Clima (CBC) participa, tradicionalmente, da Conferência das Partes de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas (UNFCCC) de forma institucional e como organização apoiadora dos Governadores pelo Clima (GPC)<sup>14</sup>.

Na COP28, o CBC apoiará os estados brasileiros via Consórcio Brasil Verde, na articulação de agendas bilaterais e participação em eventos nos pavilhões de países e organizações internacionais parceiras, com foco nos temas de governança subnacional, financiamento climático, adaptação e transição energética.

O Consórcio Brasil Verde representa um avanço em relação à institucionalização da agenda climática em nível subnacional após o sucesso obtido pelo Governadores pelo Clima, iniciativa liderada pelo Centro Brasil no Clima. O Consórcio foi formalmente criado em assembleia constituinte neste ano, por meio do apoio do CBC, e deverá desempenhar um papel acelerador na elaboração de políticas e planos estaduais para ações climáticas, incluindo a atração de financiamento climático para a implementação de projetos, cumprindo as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) em âmbitos regionais e nacionais.

O consórcio foi lançado, em 2021, por 22 estados como uma plataforma para para orientar seus membros na implementação de projetos de ação climática, e no momento possui 15 estados consorciados que já ratificaram o protocolo de intenção de ingresso ao consórcio em suas assembleias legislativas: Rio Grande do Sul (RS), Paraná (PR), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Espírito Santo (ES), Minas Gerais (MG), Mato Grosso do Sul (MS), Goiás (GO), Bahia (BA), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Paraíba (PB), Sergipe (SE), Rio Grande do Norte (RN) e Acre (AC).

# 6.

## EQUIPE CBC NA COP28



### **Guilherme Syrkis**

Diretor Executivo do Centro Brasil no Clima e do  
The Climate Reality Project Brasil  
[syrkis@centrobrasilnoclima.org](mailto:syrkis@centrobrasilnoclima.org)



### **William Wills**

Diretor Técnico do Centro Brasil no Clima  
[william.wills@centrobrasilnoclima.org](mailto:william.wills@centrobrasilnoclima.org)



### **Victor Anequini**

Gerente de Advocacy do Centro Brasil no Clima  
[victor@centrobrasilnoclima.org](mailto:victor@centrobrasilnoclima.org)



### **Luan Werneck**

Analista Júnior de Projetos no The Climate  
Reality Project Brasil / Centro Brasil no Clima  
[luan.werneck.br@climatereality.com](mailto:luan.werneck.br@climatereality.com)



### **Helena Branco**

Analista Júnior de Projetos no The Climate  
Reality Project Brasil / Centro Brasil no Clima  
[helena.branco.br@climatereality.com](mailto:helena.branco.br@climatereality.com)

# REFERÊNCIAS

## **1. Thematic Program - COP28 Schedule & Agenda.**

**Disponível em:** <https://www.cop28.com/en/thematic-program>

## **2. Cartas de Direitos Climáticos pelo Brasil.**

**Disponível em:** <https://www.climaterealityproject.org.br/post/c%C3%B3pia-de-cartas-de-direitos-clim%C3%A1ticos-pelo-brasil>

## **3. Resumo dos resultados da COP27.**

**Disponível em:** [https://laclima.org/wp-content/uploads/2023/03/cop27outcomes\\_portugues.pdf](https://laclima.org/wp-content/uploads/2023/03/cop27outcomes_portugues.pdf)

## **COP27: principais resultados e perspectivas para 2023.**

**Disponível em:** <https://www.wribrasil.org.br/noticias/cop27-principais-resultados-e-perspectivas-para-2023>

## **4. Global Stocktake. Como a transparência de governos subnacionais e do setor privado pode impulsionar a ação climática a nível global.**

**Disponível em:** [https://cdn.cdp.net/cdp-production/cms/reports/documents/000/006/552/original/Global\\_Stocktake](https://cdn.cdp.net/cdp-production/cms/reports/documents/000/006/552/original/Global_Stocktake)

## **5. Brazil at COP28: climate leadership and expectations for a sustainable future.**

**Disponível em:**

<https://www.gov.br/planalto/en/latest-news/brazil-at-cop28-climate-leadership-and-expectations-for-a-sustainable-future>

## **6. Meta Global de Adaptação é tema relevante da COP28.**

**Disponível em:** <https://www.wribrasil.org.br/noticias/meta-global-de-adaptacao-e-tema-relevante-da-cop28-mas-sera-preciso-superar-obstaculos>

## **7. Financiamento climático: plano da pequena Barbados para reformar o sistema de Bretton Woods.**

**Disponível em:** <https://climainfo.org.br/2022/11/21/financiamento-climatico-plano-da-pequena-barbados-para-reformar-o-sistema-de-bretton-woods/>

## **The Bridgetown Initiative.**

**Disponível em:** <https://unclimatesummit.org/opinion-the-bridgetown-initiative/>

# REFERÊNCIAS

**8. A poucas semanas da COP28, UE chega a entendimento interno sobre eliminação progressiva de combustíveis fósseis.**

Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/clima/noticia/2023/10/17/a-poucas-semanas-da-cop28-ue-chega-a-entendimento-interno-sobre-eliminacao-progressiva-de-combustiveis-fosseis.ghtml>

**9. COP 28: entidades cobram cronograma para eliminação dos combustíveis fósseis até 2050.**

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/cop-28-entidades-cobram-cronograma-para-eliminacao-dos-combustiveis-fosseis-ate-2050/>

**10. Brasil na COP28: liderança climática e expectativas para futuro sustentável.**

Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/11/brasil-na-cop28-lideranca-climatica-e-expectativas-para-futuro-sustentavel>

**11. NDC 2023: o Brasil aumentou a ambição?**

Disponível em: <https://politicaporinteiro.org/2023/09/20/ndc-2023-o-brasil-aumentou-a-ambicao/>

**12. Comissão de Meio Ambiente do Senado aprova PL do mercado regulado de carbono.**

Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2023/outubro/comissao-de-meio-ambiente-do-senado-aprova-pl-do-mercado-regulado-de-carbono>

**13. Alerta das negociações do Acordo de Paris.**

Disponível em: <https://laclima.org/acordoparis/alerta-das-negociacoes-do-acordo-de-paris-2/>

**14. Governadores pelo Clima.**

Disponível em: <https://centrobrasilnoclima.org/governadores-pelo-clima/>

# CRÉDITOS

**Curadoria:**

Fabio Feldmann  
Guilherme Syrkis  
Olga Martins Wehb  
Sergio Xavier  
William Wills

**Redação:**

Beatriz Araújo  
Guilherme Lima  
Raiana Soares  
Tamar Bakman  
Victor Anequini

**Projeto Gráfico e diagramação:**

Trevo Soluções em Comunicação - Elisa Laux Wauters



**CENTRO  
BRASIL  
NO CLIMA**